

**SÃO LUCAS**  
J I - P A R A N Á • R O

**Afya**

**THAYANE DO CARMO SOUZA  
VERA LUCIA DA SILVA**

**ELABORAÇÃO DE MANUAL SIMPLIFICADO DAS INFORMAÇÕES  
CONTÁBEIS PARA O CONSELHO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE  
PRESIDENTE MÉDICI-RO**

**Ji-Paraná/RO  
2023**

**THAYANE DO CARMO SOUZA  
VERA LUCIA DA SILVA**

**ELABORAÇÃO DE MANUAL SIMPLIFICADO DAS INFORMAÇÕES  
CONTÁBEIS PARA O CONSELHO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE  
PRESIDENTE MÉDICI-RO**

Artigo Científico apresentado no Curso de Graduação em Ciências Contábeis do Centro Universitário São Lucas Afya de Ji-Paraná 2023, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof. Esp. Elias Caetano da Silva.

**Ji-Paraná/RO  
2023**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação - CIP**

S729e Souza, Thayane do Carmo.

Elaboração de manual simplificado das informações contábeis para o Conselho de Saúde do Município de Presidente Médici-RO. / Thayane do Carmo Souza; Vera Lucia da Silva. – Ji-Paraná, 2023.

31 p.; il.

Artigo Científico (Curso de Ciências Contábeis) – Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná, 2023.

Orientador: Prof. Esp. Elias Caetano da Silva.

1. Contabilidade Pública. 2. Planejamento. 3. Orçamento. 4. Saúde Pública. I. Silva, Vera Lucia da. II. Silva, Elias Caetano da. III. Título.

CDU 657:35(811.1)

**Ficha Catalográfica Elaborada pelo Bibliotecário Giordani Nunes da Silva CRB 11/1125**

**ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**ATA Nº 021/2023/2 - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO EM CIÊNCIAS  
CONTÁBEIS**

Aos 08 (oito) dias do mês de dezembro de 2023, às 21:00 horas, reuniram-se em Banca, sob presidência do primeiro, o Professor Elias Caetano da Silva, Orientador, e os Professores: Danstin Nascimento Lima e Neivaldo Rodrigues dos Santos, avaliadores, para comporem Banca Examinadora de Trabalho de Conclusão de Curso intitulado "ELABORAÇÃO DE MANUAL SIMPLIFICADO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS PARA O CONSELHO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE MÉDICI-RO", de autoria das alunas **VERA LUCIA DA SILVA E THAYANE DO CARMO SOUZA**. Após arguições e apreciação sobre o trabalho, foi atribuída nota 80, considerando-se  **APROVADAS** - ( ) **REPROVADAS**, com as seguintes NOTAS parciais:

- a. Avaliação escrita: Média \_\_\_\_\_ 80  
b. Avaliação oral (defesa): Média \_\_\_\_\_ 80  
c. Média final: \_\_\_\_\_ 80

Ji-Paraná, 08 de dezembro 2023.

Vera Lucia da Silva  
Vera Lucia da Silva  
Orientanda

Thayane do Carmo Souza  
Thayane do Carmo Souza  
Orientanda

Elias Caetano da Silva  
Elias Caetano da Silva  
Orientador



## ELABORAÇÃO DE MANUAL SIMPLIFICADO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS PARA O CONSELHO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE MÉDICI-RO

Thayane do Carmo<sup>1</sup>  
Vera Lucia da Silva<sup>2</sup>

**RESUMO:** Artigo Científico, desenvolvido com a finalidade de trazer ao conhecimento público, os atributos do Conselho de Saúde Municipal, no repasse das informações contábeis referentes aos recursos destinados a saúde. O Conselho Municipal de Saúde exerce a função de fiscalizar e acompanhar a administração dos recursos destinados a saúde por meio do fundo municipal. A contabilidade tem como objeto o patrimônio. Pesquisa foi desenvolvida no intuito de demonstrar a importância da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, na administração desses recursos por se tratar de patrimônio de todos. Diante da problemática, dificuldade na interpretação e compreensão das demonstrações contábeis, presentes nos relatórios de prestações de contas, o trabalho traz como objetivo geral, Elaboração de um Manual Simplificado das Informações Contábeis para o Conselho de Saúde do Município de Presidente Médici RO, que transforma a informação que chega numa linguagem técnica de difícil acesso, em informação de fácil entendimento, pelos membros do Conselho Municipal, formado por pessoas leigas e comuns da sociedade. A metodologia abordada é de ordem bibliográfica e exploratória, bibliográfica, livros do acervo acadêmico UNISL, e exploratória, através de estudo e revisão de materiais elaborados, relacionados ao suporte e financiamento das Ações e Serviços Públicos de Saúde, análise dos meios eletrônicos auxiliares, portal Conselho Nacional dos Secretários de Saúde (CONASS), entre outros, responsáveis pelo repasse das informações referentes à saúde pública do Município de Presidente Médici- RO. A Elaboração do Manual Simplificado contribuiu com o Conselho, levou conhecimento, transparência nas informações através das características qualitativas das informações contábeis, atingiu o objetivo da proposta de facilitar a interpretação dos relatórios financeiros, antes técnico, agora, simplificado, colaborou de forma que os conselheiros se propuseram a aderir e utilizar o referido manual.

**Palavras-chave:** Contabilidade Pública, Planejamento, Orçamento, Saúde Pública.

**ABSTRACT:** Scientific article, developed with the purpose of bringing to public knowledge the attributes of the Municipal Health Council, in the transfer of accounting information relating to resources allocated to health. The Municipal Health Council exercises the function of supervising and monitoring the administration of resources allocated to health through the municipal fund. Accounting focuses on assets. Research was developed with the aim of demonstrating the

<sup>1</sup> Artigo apresentado no curso de graduação em Ciências Contábeis do Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná, como Pré-requisito para conclusão do curso, sob orientação do Prof. Esp. Elias Caetano da Silva. E-mail: ecae2012@gmail.com

<sup>2</sup> Thayane do Carmo, graduando em Ciências Contábeis do Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná, 2023. E-mail: thayaneegenivaldo@gmail.com

<sup>4</sup> Vera Lucia Silva, graduando em Ciências Contábeis do Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná, 2023. E-mail: verasilvajp22@gmail.com

importance of Accounting Applied to the Public Sector, in the management of these resources as they are everyone's assets. Faced with the problem, difficulty in interpreting and understanding the financial statements, present in the financial statements, the work has as its general objective, Elaboration of a Simplified Manual of Accounting Information for the Health Council of the Municipality of Presidente Médici RO, which transforms the information that arrives in a technical language that is difficult to access, in information that is easy to understand, by the members of the Municipal Council, made up of lay people and ordinary people from society. The methodology addressed is bibliographic and exploratory, bibliographic, books from the UNISL academic collection, and exploratory, through study and review of prepared materials, related to the support and financing of Public Health Actions and Services, analysis of auxiliary electronic means, CONAS portal, among others, responsible for passing on information relating to public health in the Municipality of Presidente Medici-RO. The preparation of the Simplified Manual contributed to the Council, brought knowledge, transparency in information through the qualitative characteristics of accounting information, achieved the objective of the proposal to facilitate the interpretation of financial reports, previously technical, now, simplified, it collaborated in a way that counselors proposed to adhere to and use the aforementioned manual.

**Keywords: Public Accounting, Planning, Budget, Public Health**

## 1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tende a formular o desenvolvimento de uma ferramenta que possa auxiliar o conselho de saúde do município de Presidente Médici – RO, a mostrar transparência no repasse dos recursos destinados ao setor, através de uma linguagem simples, compreensível a todos os membros do conselho e a sociedade. Visto que existe dificuldade na compreensão por parte dos membros do Conselho Municipal de Saúde, formado de pessoas leigas, parte-se para a seguinte problemática: A elaboração de um manual, com informação de linguagem simples e detalhada sobre contabilidade, pode contribuir com o conselho de saúde no acompanhamento da movimentação e destinação dos recursos financeiros?

Como hipótese para esta pesquisa, constata-se, elaborar um manual simplificado das informações contábeis poderá sim auxiliar o conselho do município a cumprir seu papel de fiscalizar e acompanhar a administração dos recursos destinados ao setor pelo fundo municipal de saúde.

Em decorrência da hipótese levantada, propõe-se o objetivo geral, elaborar um manual de prestação de contas, simplificado de forma que todos possam compreender os atos e fatos contábeis e levar informações fidedignas aos membros do conselho e a sociedade, tendo como objetivos específicos: Identificar as informações contábeis do fundo de saúde municipal; Definir o grau de compreensão das informações de natureza econômico-financeiras presente na prestação de contas pelos membros do conselho de saúde; Elaborar um manual

como ferramenta de fácil acesso e melhor compreensão da contabilidade pública a seus interessados.

## **2. ORGANIZAÇÃO ESTATAL**

A Organização Estatal, formada pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, cada um exerce uma parcela do poder político do Estado brasileiro. Baseada nos três poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário, exercem suas funções em harmonia. O Estado, um país soberano, politicamente organizado, com função de governar e administrar sobre um povo dentro de um determinado território.

### **2.1 ESTADO**

A sociedade depende das organizações políticas atribuídas ao Estado, na execução das atividades administrativas. Sobre conceituar o Estado COSTIN, (2010, p.1) diz: o Estado é o conjunto de regras, pessoas e organizações que se separam da sociedade para organizá-la.

Estado contém um conjunto de organismos de decisão (Parlamento e governo) e de execução (Administração Pública). Nessa concepção, a organização estatal possui uma dimensão legiferante — associada à produção de normas que regerão a vida social — e uma dimensão administrativa — associada ao cotidiano da gestão das instituições e das relações políticas. Assim, o Estado é mais amplo que o governo ou que a Administração Pública (COSTIN, 2010, p. 2)

A autora faz entender que o Estado é a estrutura maior e dentro dessa estrutura, organiza a sociedade, tem poder de legislar e tributar.

A organização estatal tem poder de fazer leis que regem a vida social, dimensão administrativa, gestão das instituições e relações políticas, que torna o Estado maior que a Administração Pública e o governo.

Existem duas formas de Estado: Estado Unitário; exercido pelo governo central, delega poderes nas unidades subnacionais, níveis inferiores, com autoridade para revogar essas delegações ou voltar ao poder quando necessário. No Estado Federativo, as unidades subnacionais possuem governo próprio e não pode ser revogado pelo governo central.

No intuito de distinguir Estado-nação e Estado, Bresser-Pereira, (2004, p. 4, apud Costin, 2010, p.2), relata

Bresser-Pereira (2004, p. 4) estabelece uma distinção entre Estado nação e Estado. Para ele, enquanto o Estado-nação é o “ente político soberano no concerto das demais nações, o Estado é a organização que, dentro desse país” tem o poder de legislar e tributar a sociedade. O autor associa ao Estado tanto uma dimensão de organização com “poder extroverso sobre a sociedade que lhe dá origem e legitimidade” quanto o sistema constitucional-legal “dotado de coercibilidade sobre todos os membros do Estado Nacional”

Segundo o autor, Estado-nação, exerce soberania sobre as outras nações que formam o país, Estados são subdivisões delimitadas dentro do país, são organizações com poder sobre a sociedade de legislar e tributar dentro deste território. Os elementos que constituem um Estado são: o povo, o poder, as leis e o território, Mathias, (2018):

Os elementos essenciais para justificar a existência de um Estado são: o povo, o território e o poder político. Desses elementos, destaca-se a questão do território. É notório que a importância do elemento territorial aumenta de dimensão com a construção dos Estados modernos. Assistimos, também, ao declínio da importância das relações pessoais na estruturação do poder político na sociedade. (MATHIAS, 2018, p. 36).

Segundo o autor, o destaque dos elementos de um Estado é o território, os limites em que ficam deliberados o poder de exercer a sua soberania. O Estado formado também pelo povo, conjunto de pessoas que dependem da gestão política e do governo no âmbito social. É possível observar ainda, que com a estruturação do poder político, percebe-se a queda na importância das relações pessoais.

## 2.2 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Administração Pública é a atividade imediata e concreta que o Estado possui para o desenvolvimento de ações que assegurem os interesses coletivos da sociedade. Formada pelos três poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário, com finalidade de realizar as devidas funções econômicas e os papéis atribuídos pela sociedade.

Meirelles, (1993, p.56-61 apud Costin,2010, p.26) explica que: a Administração é o instrumento de que dispõe o Estado para pôr em prática as opções políticas de governo. A administração pública está estruturada no âmbito

da União, Estados, Distrito Federal e Municípios Conjunto de órgãos a serviço do Estado, gestão ligada ao setor público, segue os princípios e normas, fundamentais que defendem interesses e os bens da sociedade.

Cabe a administração pública gerir os recursos da sociedade com a responsabilidade que lhes são conferidas, para garantir os resultados esperados, conforme afirma Kohama, (2016, p.09):

Administração Pública é todo o aparelhamento do Estado, preordenado à realização de seus serviços, visando à satisfação das necessidades coletivas. Administrar é gerir os serviços públicos; significa não só prestar serviço, executá-lo, como também, dirigir, governar, exercer a vontade com o objetivo de obter um resultado útil.

Dessa forma, entende-se que a administração pública tem como responsabilidade, dirigir, governar e exercer os interesses e vontades do coletivo. Vale ressaltar que os governantes que exercem o poder, muitas vezes, foram eleitos pelo povo, que por meio de políticas públicas escolhem seus representantes. Na Administração Indireta ou descentralizada, as atividades são desenvolvidas pelas autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista. Conforme explica Costin, (2010, p. 28):

A Administração Pública pode ser direta ou indireta, segundo a Constituição. A administração direta inclui os serviços desempenhados pela estrutura administrativa da Presidência da República e dos ministérios (no caso da administração federal). A administração indireta, também chamada descentralizada, inclui as autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas, que desempenham atividades que lhes foram atribuídas (ou descentralizadas).

Administração Pública, dividida em Direta e Indireta. Na Administração Direta ou Centralizada, a responsabilidade no desempenho dos serviços é do Presidente da República e dos ministérios, em caso de administração federal.

A gestão administrativa está ligada à garantia de conforto e bem estar comum, promovendo a construção de sociedade livre, justa, a fim de erradicar a pobreza e a desigualdade social.

A autora afirma que todas as atividades atribuídas a administração pública, seja ela, direta ou indireta, no âmbito nacional, estadual, distrito federal ou

municipal, agem de acordo com a Constituição Federal, na divisão e execução de suas atividades.

## 2.3 A CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

A contabilidade pública fornece aos gestores informações atualizadas apropriadas para auxiliar nas tomadas de decisões aos órgãos e instituições governamentais e particulares com informações estatísticas e outras de interesse dessas instituições.

A Contabilidade Pública é um dos ramos mais complexos da ciência contábil e tem por objetivo captar, registrar, acumular, resumir e interpretar os fenômenos que afetam as situações orçamentárias, financeiras e patrimoniais das entidades de direito público interno, ou seja, a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, através de metodologia especialmente concebida para tal, que se utiliza de contas escrituradas segundo normas específicas que constituem o Sistema Contábil Público. (KOHAMA, 2016, p.25)

Conforme o autor, a contabilidade pública tem o objetivo de gerar informação de modo a prestar contas aos seus usuários sobre todo e qualquer resultado obtido de natureza financeiro econômica que venha corresponder ao patrimônio público.

A Contabilidade Aplicada ao Setor Público, segue as normas específicas e princípios contábeis na escrituração das contas públicas.

NBC T 16.1, p.8, aprovada pela Resolução nº 1.128/08, a contabilidade aplicada ao setor público é um ramo da ciência contábil que tem como objeto o patrimônio público, sobre o qual deverá fornecer informações aos seus usuários dos atos e fatos e os seus resultados alcançados, nos aspectos de natureza física, financeira, orçamentária e econômica, levando em consideração a evidenciação de todas as mutações ocorridas nos processos da gestão, a prestação de contas e o suporte para a tomada de decisão e para o controle social.

O objeto da contabilidade pública é o patrimônio, os bens, as riquezas, pertencentes a sociedade, tem finalidade de mensurar, registrar, interpretar os fatos contábeis e fornecer informações importantes na tomada de decisões de seus usuários.

A Contabilidade como ciência social evidencia, mensura e apura resultados referentes ao patrimônio da entidade. A Contabilidade Aplicada ao Setor Público, é um método que diferencia e separa as formas de evidenciação do patrimônio

público, do das demais entidades. O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e o Manual da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, são regulamentos que devem ser seguidos, dentre outros:

A necessidade de evidenciar com qualidade os fenômenos patrimoniais e a busca por um tratamento contábil A padronizado dos atos e fatos administrativos no âmbito do setor público tornou imprescindível a elaboração de um plano de contas com abrangência nacional. Este plano apresenta uma metodologia, estrutura, regras, conceitos e funcionalidades que possibilitam a obtenção de dados que atendam aos diversos usuários da informação contábil. Dessa forma, a STN editou o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), com abrangência nacional, que permitem e regulamentam o registro da aprovação e execução do orçamento, resgatam o objeto da contabilidade – o patrimônio, e buscam a convergência aos padrões internacionais, tendo sempre em vista a legislação nacional vigente e os princípios da ciência contábil (MCASP, 2021, p. 25)

O Manual da Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, são métodos padronizados, de abrangência nacional e permitem aos usuários da contabilidade conduzirem suas atividades em conformidade com a legislação vigente e seguir os princípios contábeis. Nesse sentido o MCASP, (2021) diz:

O objetivo principal da maioria das entidades do setor público é prestar serviços à sociedade, em vez de obter lucros e gerar retorno financeiro aos investidores. Esses serviços incluem, por exemplo: programas e políticas de bem-estar, educação pública, segurança nacional e defesa nacional. (MCASP, 2021, p 26-27).

O profissional contábil deve agir sempre segundo as normas e padrões que norteiam a contabilidade de forma que o não cumprimento desses requisitos implique em punições junto aos órgãos competente, Conselho Federal de Contabilidade.

A Contabilidade Pública tem como objetivo fornecer informações aos usuários de forma clara e sucinta para que todos possam entender sua apresentação por meio de demonstrações nos editais e no Portal da Transparência dos municípios, estados e país.

Sobre o conceito de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, sobressai a afirmação de dois autores importantes. Por aspecto Araújo e Arruda (2021) destaca:

A contabilidade aplicada ao setor público é o ramo da Ciência Contábil voltado para o registro, o controle e a demonstração dos fatos mensuráveis em moeda que afetam o patrimônio da União, estados e dos municípios e suas respectivas autarquias e fundações, ou seja, as entidades de direito público interno. Araújo e Arruda, (2020, p. 13).

Conforme afirmação dos autores, a atuação da contabilidade ao setor público é obrigatória à órgãos e entidades públicas, com a finalidade de determinar procedimentos normativos para que os fatos decorrentes da gestão do patrimônio financeiro e orçamentário público se realizem em perfeita ordem e sejam registrados sistematicamente.

Conforme MCASP, as entidades públicas prestam serviços a sociedade, a contabilidade pública oferece ferramentas no sentido de mensurar e avaliar o patrimônio sem intenções de gerar lucros, mas, para avaliar e analisar a situação patrimonial da entidade. Os programas e as políticas públicas, saúde, educação, segurança e defesa nacional, são exemplos de serviços prestados pelas entidades públicas.

### **2.3.1 Informação Contábil: Características qualitativas**

A Estrutura Conceitual Básica, as Normas Brasileiras de Contabilidade, o Manual da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, mencionam as ferramentas de melhoria na qualidade da informação.

A contabilidade oferece ferramentas que contribuem para a melhoria das informações contábeis. Diante do explícito, ao referir-se a clareza da informação contábil, as mais importantes características qualitativas são: a relevância, representação fidedigna, compreensibilidade, tempestividade, comparabilidade e verificabilidade.

As demonstrações contábeis devem apresentar a informação de fácil entendimento que correspondam às necessidades e à base do conhecimento dos usuários e a natureza da informação apresentada.

Os relatórios contábeis do setor público devem apresentar informações de fácil compreensão por pessoas comuns de forma que toda a sociedade possa

exercer o controle social através das informações contidas nos relatórios de prestação de contas. Conforme descrito no MCASP, (2021):

O objetivo da elaboração e divulgação da informação contábil é fornecer informação para fins de prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão. As características qualitativas são atributos que tornam a informação útil para os usuários e dão suporte ao cumprimento dos objetivos da informação contábil. São elas: a relevância, a representação fidedigna, a compreensibilidade, a tempestividade, a comparabilidade e a verificabilidade. (MCASP, 2021, p.29).

Estudos feitos através do MCASP, (2021), conclui-se que as informações são relevantes, quando capazes de influenciar o cumprimento dos objetivos na elaboração e divulgação da informação contábil. É fidedigna quando representa a essência da informação, completa, neutra e livre de erros, representa fielmente o fenômeno econômico.

A compreensibilidade permite aos usuários a compreensão do significado. Na tempestividade a informação deve ser apresentada em tempo hábil pra elaboração e divulgação, quando repassada rapidamente a informação pode aprimorar nos processos de avaliação da prestação de contas e responsabilização e a sua capacidade de informar e influenciar os processos decisórios.

A comparabilidade permite aos usuários identificar similaridades e a relação entre dois ou mais itens. A verificabilidade assegura aos usuários que a informação está fielmente representada nas demonstrações contábeis, sem erros ou vícios.

O MCASP, (2021) diz ainda que é necessário que haja um equilíbrio entre as características qualitativas da informação contábil para se atingir a meta, os objetivos ou o que se espera da comunicação entre os usuários da contabilidade. O CPC 00, dispõe sobre as principais características qualitativas.

As características qualitativas são os atributos que tornam as demonstrações contábeis úteis para os usuários. As quatro principais características qualitativas são: compreensibilidade, relevância, confiabilidade e comparabilidade. (CPC 00, p. 10)

As características qualitativas são importantes para a clareza das informações contábeis, são classificadas em fundamentais e de melhorias. São integradas, funcionam em conjunto com as outras, dando suporte no alcance dos objetivos da informação. O Comitê de pronunciamentos Contábeis, também dispõe

sobre as principais características qualitativas da informação contábil, reforça a importância de ter clareza, fácil entendimento, livre de ruídos e acessível a todos os usuários interessados nas demonstrações do patrimônio público.

## 2.4 SAÚDE PÚBLICA

A constituição Federal, assegura a todos o direito à saúde, é dever do Estado o desenvolvimento de políticas públicas capazes de promover bem-estar, qualidade de vida, com tratamento igualitário, com justiça social e humanitária a todas as classes sociais. Art. 196 da Constituição Federal diz:

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. BRASIL, (CF/1988).

A saúde pública é direito de todos, esses direitos são garantidos por Lei e devem ser respeitados, o ser humano deve ser tratado de acordo com o princípio da igualdade e as normas estabelecidas ao setor público de saúde.

Esses direitos sociais de igualdade, equidade, são alcançados por políticas públicas, que deveriam atender a todos e evitar que o Poder fique na mão da minoria da sociedade.

Saúde Pública, nome que se dá as práticas e medidas de responsabilidade do Estado que garantem a todo cidadão acesso à saúde física, mental e social.

Sarlet (2012, p. 59) descreve que o Estado a partir do momento que ele se nega a fornecer os serviços garantidos, ele estará exercendo o direito negativo, prejudicando assim a saúde de seus cidadãos:

[...] no âmbito da assim denominada dimensão negativa, o direito a saúde não assume a condição de algo que o Estado (ou sociedade) deve fornecer aos cidadãos, ao menos não como uma prestação concreta, tal como acesso a hospitais, serviço médico, medicamentos, etc. [...] O Estado (assim como os demais particulares), tem o dever jurídico de não afetar a saúde das pessoas, de nada fazer (por isso direito negativo) no sentido de prejudicar a saúde. Sarlet (2012, p. 59)

A autora aponta ainda, que o direito a saúde possui diversos aspectos, por ser um direito constitucional fundamental ao cidadão.

Ao discutir-se sobre tal direito imprescindível ao cidadão, fora instituído o Fundo Nacional de Saúde – FNS, que é um dos correspondentes financeiros para embasamento do financiamento ao SUS.

#### **2.4.1 Fundo de saúde**

O fundo de saúde foi criado por lei com objetivo de receber e realizar a gestão dos recursos destinados a ações e serviços públicos de saúde. O Art. 2º da Lei do Orçamento (LOA):

A Lei do Orçamento conterà a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômico-financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade universalidade e anualidade. (BRASIL Lei 4.320/64).

A apresentação das receitas do município é de responsabilidade do Fundo de Saúde, tais como a distribuição dos recursos para o conselho. Essas receitas podem ser oriundas da União, Estados e Municípios. “A adoção de normas peculiares de aplicação”. As Receitas oriundas da União, distribuídas aos órgãos Públicos, no que se refere a Saúde, fica sob a responsabilidade do Conselho Municipal de Saúde. A LC 141/12 no capítulo III, Seção II, do Repasse e Aplicação dos Recursos Mínimos, em seu art. 14 diz que:

O Fundo de Saúde, instituído por lei e mantido em funcionamento pela administração direta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, constituir-se-á em unidade orçamentária e gestora dos recursos destinados a ações e serviços públicos de saúde,

O fundo de saúde é um instrumento de gestão, juntamente com o conselho de saúde, sob a responsabilidade do Secretário Municipal de Saúde, que administra os recursos alocados pelo Fundo Municipal de Saúde, bem como, executar as atividades de administração financeira, de contabilidade, de planejamento, de programação e de orçamento.

## **2. 5 CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE E CONTROLE SOCIAL**

O Conselho de saúde atua na formulação de estratégias de políticas de saúde e no controle da execução dessas atividades no que se refere a recursos financeiros, orçamentários, se preocupa com as devidas destinações.

A Constituição Federal de 1988 no art.198 determina que a sociedade acompanhe a gestão dos recursos e políticas de saúde pública.

Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes: (Vide ADPF 672)  
I – Descentralização, com direção única em cada esfera de governo;  
II - Atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;  
III - Participação da comunidade.

A população, apesar de não ser interessada nos direitos que lhes são cabidos, tem total liberdade no acompanhamento das ações dos órgãos públicos, devem fiscalizar, atentas no sentido de executar cobranças dos serviços que lhes são de Direito e instituído por Lei, assim, fazer valer os seus direitos e também faz com que o Estado cumpra os seus deveres.

Nesse sentido, Bravo, M.I. (2013 p 23), define conselho de saúde como:

O CNS é uma das instâncias máximas de deliberação do Sistema Único de Saúde (SUS) e tem como missão a deliberação, fiscalização, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas de saúde no Brasil. É competência dos Conselhos de Saúde, dentre outras, propor monitorar e avaliar o processo de planejamento e execução orçamentária e financeira do SUS, inclusive, aprovar os instrumentos de planejamento e o orçamento do Ministério da Saúde. Bravo, M.I. (2013)

Os conselheiros têm baixo grau de compreensibilidade nas informações de natureza econômico-financeira, dessa forma dificulta o exercício do controle social pelo conselho, a prestação de contas confronta o orçamento previsto e o que foi realizado.

O número de conselheiros do Município de Presidente Médici são: 6 (seis) usuários da saúde e seus respectivos suplentes, 3 (três) trabalhadores de saúde, e seus respectivos suplentes, 3(três) prestadores de saúde e governamentais e seus respectivos suplentes.

Conforme descrito pelo autor, o conselho nacional de saúde, como órgão máximo na deliberação do SUS, Sistema Único de Saúde, com a competência de fiscalizar, monitorar e acompanhar as políticas de saúde pública do país.

Analisa e aprova o plano de saúde, relatório de gestão e informa a sociedade sobre sua atuação.

## 2.6 A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO GESTOR DO SUS AO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE

O fundo municipal de Saúde são unidades gestoras, através de seus respectivos secretários de saúde que tem a função de administrar os recursos gastos com saúde pública, o secretário de saúde deve prestar contas ao conselho municipal de saúde. A lei do SUS 8.080/1990 determina que os fundos de saúde terão conta especial para a movimentação e fiscalização do conselho de saúde:

Art. 33. Os recursos financeiros do Sistema Único de Saúde (SUS) serão depositados em conta especial, em cada esfera de sua atuação, e movimentados sob fiscalização dos respectivos Conselhos de Saúde. (Brasil, Lei 8.080 de 19 de setembro de 1990).

A aplicação dos recursos administrados através do Fundo de saúde, deve ser acompanhado e fiscalizado pelo Conselho de Saúde, conforme está prevista na C.F./88, ADCT – Art. 77, § 3º. E afirmado pela Lei do SUS sobre as responsabilidades dos Conselhos de Saúde. Andrade (2002, p. 164) ressalta que:

O Fundo Municipal de Saúde é um instrumento de planejamento por permitir ao gestor conhecer os recursos de que dispõe para as ações e serviços de saúde e controle por facilitar o acompanhamento permanente sobre as fontes de receita, seus valores e as datas de ingresso, as despesas realizadas e os rendimentos de aplicações financeiras.

A prestação de contas permite o exercício do controle social, a ponto de avaliar o gestor do fundo municipal na administração dos recursos, se esses estão sendo empregados de fato no seu destino finalístico.

Com a finalidade de exercer a fiscalização e o controle social, é preciso que o conselho tenha a visibilidade da aplicação dos recursos geridos pelo fundo municipal de saúde.

A Lei Complementar 13 de janeiro de 2012 determina que o conselho tem

atribuições de avaliar a movimentação dos recursos gastos com ações e serviços de saúde, conforme o exposto:

Art. 41. Os Conselhos de Saúde, no âmbito de suas atribuições, avaliarão a cada quadrimestre o relatório consolidado do resultado da execução orçamentária e financeira no âmbito da saúde e o relatório do gestor da saúde sobre a repercussão da execução desta Lei Complementar nas condições de saúde e na qualidade dos serviços de saúde das populações respectivas e encaminhará ao Chefe do Poder Executivo do respectivo ente da Federação as indicações para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.(Brasil, 2012).

Os conselheiros têm baixo grau de compreensibilidade nas informações de natureza econômico-financeira, dessa forma dificulta o exercício do controle social pelo Conselho, a prestação de contas confronta o orçamento previsto e o que foi realizado.

### **2.6.1 As limitações na compreensão das informações contábeis pelos membros do conselho de saúde**

A Lei 8.142, de dezembro de 1990, determina que o Conselho de Saúde seja composto por prestadores de serviços, profissionais de saúde e usuários do sistema de saúde pública.

Art. 1º parágrafo 2º O Conselho de Saúde, em caráter permanente e deliberativo, órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, atua na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde na instância correspondente, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder legalmente constituído em cada esfera do governo. (Brasil- Lei nº 8.142, de dezembro de 1990 no art.1º parágrafo 2º).

Bicalho, (2003, p.98) diz sobre os relatórios de prestação de contas; tem sido utilizados instrumentos complexos na prestação de contas que dificultam a compreensão, a avaliação e conseqüentemente o controle social. Os membros do Conselho de Saúde são pessoas comuns da sociedade sem conhecimento técnico dificultando a interpretação do relatório da prestação de contas, motivo esse que dificulta ao conselho de saúde no cumprimento de suas atribuições.

A falta de conhecimento técnico tem dificultado o conselho de saúde em suas atribuições, conseqüentemente o controle social.

### **3. METODOLOGIA**

A metodologia consiste na escolha dos caminhos para os seguimentos da pesquisa, por meio de investigação científica, aquisição de conhecimento, além de descrever a organização minuciosa das técnicas utilizadas para elaboração do trabalho.

#### **3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA**

Nesse seguimento se descreve os diversos procedimentos para realização da pesquisa, que vão desde a natureza, exigindo organização nos mais diferentes aspectos, qualitativos, quantitativos, a coleta de dados e escolha das informações, até sua devida apresentação. Quanto ao método diz Lakatos (2021 p.104) “tem propósito de explicar o conteúdo das premissas”. A essa afirmação Gil acrescenta que as pesquisas devem conter todos os seguimentos necessários ao esclarecimento das informações a ela atribuídos, sejam de qualidade, quantidade, exploratórios entre outros. Gil (2022, p. 163) diz que:

[...] esclarecer acerca do tipo de delineamento a ser adotado (pesquisa experimental, levantamento, estudo de caso, pesquisa bibliográfica etc.); • população e amostra: envolve informações acerca do universo a ser estudado, da extensão da amostra e da maneira como será selecionada; • coleta de dados: envolve a descrição das técnicas a serem utilizadas para coleta de dados. Modelos de questionários, testes ou escalas deverão ser incluídos, quando for o caso. Quando a pesquisa envolver técnicas de entrevista ou de observação, deverão ser incluídos nesta parte também os roteiros a serem seguidos. • análise dos dados: envolve a descrição dos procedimentos a serem adotados tanto para análise, quanto qualitativa. Gil (2022, p. 163)

Assim, a pesquisa deve ser classificada de acordo com os aspectos referidos desde seus objetivos, problematização e hipótese levantados para o entendimento e compreensão dos interessados em tais informações.

##### **3.1.1 Quanto ao Problema:**

A elaboração de um manual, com informações de linguagem simples e detalhada sobre contabilidade pode contribuir com o conselho de saúde no

acompanhamento da movimentação e destinação dos recursos financeiros? A presente pesquisa apresenta-se de forma simples, através da captação de possíveis dados comprobatórios, para replicar a problemática explanada. Portanto, ao articular sobre tal problemática, a pesquisa classifica-se como quantitativa e qualitativa, em se tratando da análise da quantidade dos valores financeiros aplicados na saúde pública, ao mesmo tempo em se tratar da qualidade das informações sobre a prestação de contas no qual é enviada ao conselho de saúde.

### 3.1.2 Quanto aos Objetivos:

Quanto ao objetivo geral em elaborar um manual de prestação de contas simplificado de forma que qualquer pessoa leiga consiga compreender os atos e fatos contábeis e levar informações fidedignas aos membros do conselho e para a sociedade. E os objetivos específicos identificar as informações contábeis do Fundo de Saúde Municipal, definir o grau de compreensão das informações de natureza econômica – financeiras presente na prestação de contas pelos membros do Conselho de Saúde, aplicar manual simplificado de informações técnicas, demonstrar a importância da Contabilidade Pública no processo de prestações de contas e controle social. Refere-se de forma explicativa, levando em consideração os materiais já elaborados pelo fundo de saúde e a simplificação da linguagem orçamentária pública.

## 3.2 PROCEDIMENTOS TÉCNICOS

Na realização da presente pesquisa, fora necessário o estudo e revisão de diversos materiais elaborados relacionados ao suporte e financiamento das Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS). Assim, os procedimentos técnicos utilizados seguiram o padrão de pesquisa bibliográfica e documental, de modo que todos os registros referidos constituem a base de estudos comprobatórios. Michel (2022, p. 48) define que:

Esse tipo de pesquisa procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos, dispensando a elaboração de hipóteses. Assim, os procedimentos técnicos utilizados seguiram o padrão de pesquisa bibliográfica, de modo que todos os registros referidos constituem a base de estudos comprobatórios. Michel (2022, p. 48)

De acordo com o autor, é de suma importância a identificação dos objetos e os métodos a serem adotados a partir dos procedimentos envolvidos à investigação

da pesquisa. Sendo esses disponibilizados pelos portais da transparência de referência e os auxiliares das informações de saúde pública como o portal do Conselho nacional dos secretários de saúde (CONASS), Sistema de Informação Sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOSP) entre outros, além levantamento de informações com os membros do conselho de saúde municipal, usuários e prestadores de serviços de saúde, sendo possível alcançar os objetivos da pesquisa.

### 3.3 COLETA DE DADOS E INSTRUMENTOS

Foi necessário participação em assembleias, conferências de saúde, tendo em vista que o assunto refere-se em grande parte a aspectos legais do orçamento, e gestão pública de saúde, portanto, foi necessário analisar principalmente as leis referentes à problemática da pesquisa.

A coleta de dados, realizada através de consultas no site do Portal da Transparência do Município de presidente Médici - RO, do Fundo Nacional de Saúde (FNS), Sistema de Informação Sobre Orçamento Públicos em Saúde (SIOPS) e Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS), entre outros. presente pesquisa referencia-se através da coleta e análise de dados, de acordo com Richardson (2017, p. 247):

Nas sociedades contemporâneas, o registro escrito dos fatos sociais de ocorrência diária realiza-se por meios diversos como jornais, revistas etc. Também o homem utiliza a escrita para registrar em diários, memórias, autobiografias, romances, obras científicas e técnicas desde suas experiências mais íntimas até os conhecimentos científicos mais sofisticados. Os órgãos públicos e privados mantêm um registro ordenado e regular dos acontecimentos mais importantes da vida social: demográficos, econômicos, educacionais, sanitários etc. Esse registro constitui a base das estatísticas de determinada sociedade. Richardson (2017, p. 247)

A coleta de dados, realizada através de consultas no site do Portal da Transparência do Município de presidente Médici - RO, do Fundo Nacional de Saúde (FNS), Sistema de Informação Sobre Orçamento Públicos em Saúde (SIOPS) e Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS), entre outros.

Além da investigação em sites oficiais, pesquisa, realizada com base documental nos relatórios de prestação de contas enviados pela Secretaria de

Saúde para o Conselho Municipal, com base no parecer dos conselheiros, além de documental, realizou-se pesquisa bibliográfica, e entrevista estruturada com membros do conselho, entrevista esta, condicionada por questionários sendo todos abertos, a fim de aprofundar as informações referentes a problemática proposta.

#### **4. MANUAL SIMPLIFICADO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS**

Os atributos do Conselho de saúde são de acompanhar, apreciar deliberar e aprovar a execução econômico e financeira do fundo municipal de saúde.

O foco do manual é direcionado aos membros do Conselho de Saúde para uso como ferramenta que auxilie o Conselho de Saúde do Município de Presidente Médici – RO, na apreciação, deliberação e aprovação dos relatórios de prestação de contas do fundo municipal de saúde, com transparência no repasse dos recursos destinados ao setor, através de uma linguagem simples, compreensível a todos os membros do conselho e a sociedade.

Os relatórios de prestação de contas devem conter informações contábeis uteis para os seus usuários de forma que os mesmos consigam compreender as informações técnicas para que possam exercer melhor o controle social.

O controle social é um dos princípios básicos do SUS e tem sido buscado como forma de democratizar o acesso aos serviços de saúde. As características qualitativas são importantes para a clareza das informações contábeis.

As Características qualitativas são classificadas em fundamentais; relevância e representação fidedigna, de melhorias; comparabilidade, tempestividade, compreensibilidade verificabilidade se integradas, funcionam em conjunto umas com as outras, dando suporte no alcance dos objetivos da informação.

A presente pesquisa tende a formular o desenvolvimento de uma ferramenta que possa auxiliar o conselho de saúde do município de Presidente Médici – RO, a mostrar transparência no repasse dos recursos destinados ao setor, através de uma linguagem simples, compreensível a todos os membros do conselho e a sociedade.

Vale a pena ressaltar que o conselho de saúde é formado por pessoas comuns da sociedade sem conhecimento técnico, sendo assim o manual simplificado pode servir como uma ferramenta para auxiliar os membros do

conselho na interpretação dos relatórios de prestação de contas, transformando a linguagem técnica em simplificada.

Conforme apresentado na Figura:

UF: Rondônia		RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL 3º Bimestre de 2023 Dados Homologados em 21/08/23 08:54:12				MUNICÍPIO: Presidente Médici	
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100			
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	6.947.935,19	6.947.935,19	3.673.330,65	52,87			
Receta Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	1.484.024,70	1.484.024,70	927.010,63	62,47			
IPTU	1.109.768,26	1.109.768,26	687.401,05	61,94			
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	374.256,44	374.256,44	239.609,58	64,02			
Receta Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ITBI	1.553.021,75	1.553.021,75	598.491,01	38,54			
ITBI	1.517.791,61	1.517.791,61	540.505,50	35,61			
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	35.230,14	35.230,14	57.985,51	164,59			
Receta Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	2.112.554,33	2.112.554,33	1.154.729,68	54,66			
ISS	2.053.308,35	2.053.308,35	1.120.235,04	54,56			
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	59.245,98	59.245,98	34.494,64	58,22			
Receta Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	1.798.334,41	1.798.334,41	993.099,33	55,22			
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	47.553.289,65	47.553.289,65	24.319.887,44	51,14			
Cota-Parte FPM	21.819.935,43	21.819.935,43	11.308.608,35	51,83			
Cota-Parte ITR	29.793,66	29.793,66	7.895,06	26,50			
Cota-Parte do IPVA	1.950.792,96	1.950.792,96	2.121.803,85	108,77			
Cota-Parte do ICMS	23.484.016,82	23.484.016,82	10.842.148,08	46,17			
Cota-Parte do IP - Exportação	268.750,78	268.750,78	39.432,10	14,67			
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00			
Desoneração ICMS (LC 87/96)	0,00	0,00	0,00	0,00			
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00			
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (II) + (I) + (III)	54.501.224,84	54.501.224,84	27.993.218,09	51,36			

  

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XLI) = (IV + XXXIII)	8.718.015,00	11.798.532,52	6.747.538,22	57,19	5.471.490,14	46,37	5.224.088,83	44,28	1.276.048,08
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR AMBULATORIAL (XLII) = (V + XXXIV)	9.176.410,11	10.433.302,77	6.918.266,27	66,31	6.042.895,76	57,92	5.674.202,04	54,39	875.370,51
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPEÚTICO (XLIII) = (VI + XXXV)	267.968,00	288.579,26	262.253,65	90,88	228.365,34	79,13	225.827,94	78,26	33.888,31
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIV) = (VII + XXXVI)	180.184,20	180.184,20	125.713,91	69,77	125.281,37	69,53	121.684,92	67,53	432,54
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLV) = (VIII + XXXVII)	161.118,96	373.022,37	120.708,69	32,36	63.990,73	17,15	63.990,73	17,15	56.717,96
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLVI) = (IX + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVII) = (X + XXXIX)	1.561.200,00	1.564.963,77	955.509,07	61,06	886.896,33	56,67	866.277,88	55,35	68.612,74
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVIII) = (XI + XL)	20.064.896,27	24.638.584,89	15.129.989,81	61,41	12.818.919,67	52,03	12.176.072,34	49,42	2.311.070,14
(-) Despesas da Fonte: Transferências da União - inciso I do art. 5º da Lei Complementar 173/2020	5.712.989,34	9.512.799,05	5.396.041,33	56,72	3.463.502,13	36,41	3.185.309,59	33,48	1.932.539,20
TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (XLIX)	14.351.906,93	15.125.785,84	9.733.948,48	64,35	9.355.417,54	61,85	8.990.762,75	59,44	378.530,94

Figura 1 – Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)  
Fonte: Sistema de informação sobre Orçamento em Saúde (SIOSP)

A figura nº1, apresenta o modo que chegam os relatórios, em planilhas de programas ou do Excel, essas fontes são de difícil entendimento.

No planejamento Orçamentário é feito uma previsão de receita que representa o que se espera arrecadar com tributos pagos pelo contribuinte para o governo, para então ser destinados as devidas repartições.

Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) conforme a figura nº1, é encaminhado pelo Fundo de Saúde Municipal para o Conselho para a aprovação, em seguida esse relatório é publicado no SIOSP (Sistema de Informação sobre Orçamento em Saúde Pública).

Esses relatórios na forma apresentada na figura nº 1 são repassados pelo Conselho Municipal da mesma maneira em que chegam, pois, o mesmo é formado por pessoas simples da sociedade.

No Manual simplificado as Receitas e Despesas, Ativos e Passivos devem

se apresentar em demonstrações diferentes, numa forma detalhada com as devidas comparações conforme quadro:

Forma/linguagem Técnica	Forma/linguagem Simplificada
Ativos Bens e Direitos	Passivos Obrigações a pagar (dívidas) + Patrimônio Líquido.
Dotações, inicial e atualizadas	Receitas, previsão de tudo que se espera receber (arrecadar) através dos tributos pelos contribuintes. As Receitas são previstas no orçamento.
Despesas Empenhadas e Líquidas	Despesas são todos os gastos necessários para a obtenção das receitas, as despesas são fixadas para que o governo não gaste mais do que foi orçado para o município ou o órgão público.

Quadro Ilustrativo – Manual simplificado da contabilidade pública  
Fonte: Autora

O Balanço Orçamentário do Manual Simplificado demonstra comportamento das despesas orçamentárias, comparados aos valores de receitas realizadas e apura os saldos do orçamento. Para melhor entendimento é necessário segregar as demonstrações contábeis. Conforme figura de demonstrações separadas, receitas e despesas:

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO RESUMIDO - 2021				
Especificação	Receita			
	Prevista Atualizada	Realizada	Diferença	Realização (1)
Receitas Correntes <sup>(1)</sup>	60.536.179.655	66.224.492.021	5.688.312.366	109,40%
(-) Conta Retificadora da Receita Corrente	-5.853.946.982	-7.318.904.174	1.464.957.192	125,03%
Receitas Correntes Retificadas (A) <sup>(2)</sup>	54.682.232.673	58.905.587.847	4.223.355.174	107,72%
Receita de Capital (B)	2.543.626.011	1.789.759.639	-753.866.372	70,36%
SOMA I ( A + B )	57.225.858.684	60.695.347.487	3.469.488.803	106,06%
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO RESUMIDO - 2021				
Especificação	Despesa			
	Fixada Atualizada	Empenhada	Diferença	Realização (1)
Despesas Corrente (C)	52.006.640.311	49.627.199.426	2.379.440.885	95,42%
Despesas de Capital (D)	9.140.197.902	6.954.924.919	2.185.272.983	76,09%
Reserva de Contingência (E)	0	-	-	
SOMA II ( C+D+E )	61.146.838.213	56.582.124.345	4.564.713.868	92,53%
<b>Superávit / Déficit Orçamentário</b>		<b>4.113.223.142</b>		
<b>Total</b>		<b>60.695.347.487</b>		

Figura 2– Balanço Orçamentário Resumido  
Fonte: Secretária da Fazenda – Governo da Bahia

Conforme apresentado na figura nº 2, fica mais fácil o entendimento das informações, devido as receitas e despesas serem apresentadas em relatórios diferentes, um especifica as receitas enquanto que o outro relatório especifica somente as despesas.

Analisa o comportamento das receitas e das despesas, por meio de previsão da receita orçamentária em comparação com o valor realizado, também é analisado o comportamento da despesa fixada com o montante da despesa efetivamente realizada.

Sendo assim se o valor das receitas arrecadas foi maior ou menor do que foi previsto, quando a receita arrecadada for maior que a receita prevista realizada, tem se um excesso de arrecadação (superávit), quando a receita arrecadada é menor do que a receita prevista atualizada tem se uma frustração da receita (déficit).

O comportamento da despesa é analisado se ocorreu economia orçamentária, quando a despesa empenhada é menor do que a dotação atualizada, tem se uma economia orçamentária.

O resultado orçamentário é analisado se ocorreu um superávit ou déficit, na figura 3 pode-se observar como o total das receitas realizadas foi de R\$ 60.695.374, a despesa executada foi R\$ 56.582.124, ocorreu um superávit orçamentário no valor de R\$ 4.113.223.

Outra demonstração contábil importante é o Balanço patrimonial representa a situação patrimonial da entidade em um determinado período de tempo.

Conforme figura da versão simplificada de Balanço Patrimonial:

TABELA 6					
BALANÇO PATRIMONIAL - VERSÃO SIMPLIFICADA					
ATIVO	2021	AV (%)	PASSIVO	2021	AV (%)
Ativo Circulante	16.639.481.813	20,35%	Passivo Circulante	11.937.341.086	5,93%
Ativo Não Circulante	65.110.934.279	79,65%	Passivo Não Circulante	189.209.539.171	94,07%
			<b>Total do Passivo</b>	<b>201.146.880.257</b>	<b>100,00%</b>
			<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2021</b>	
			<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>[119.396.464.164]</b>	<b>100,00%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>81.750.416.093</b>	<b>100,00%</b>	<b>TOTAL</b>	<b>81.750.416.093</b>	<b>100,00%</b>
ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES					
ATIVO FINANCEIRO E PERMANENTE	2021		PASSIVO FINANCEIRO E PERMANENTE	2021	
Ativo Financeiro	13.945.333.825		Passivo Financeiro	4.417.350.196	
Ativo Permanente	67.805.082.268		Passivo Permanente	196.729.530.061	
			Saldo Patrimonial	[119.396.464.164]	
<b>TOTAL</b>	<b>81.750.416.093</b>		<b>TOTAL</b>	<b>81.750.416.093</b>	
CONTAS DE COMPENSAÇÃO					
ATOS POTENCIAIS ATIVOS	2021		ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	2021	
Saldo dos Atos Potenciais Ativos	544.973.951		Saldo dos Atos Potenciais Passivos	113.218.071.182	
<b>TOTAL</b>	<b>544.973.951</b>		<b>TOTAL</b>	<b>113.218.071.182</b>	

Figura 3– Balanço Patrimonial Resumido  
Fonte: Secretária da Fazenda – Governo da Bahia

Balanço Patrimonial Simplificado, deve demonstrar os ativos, passivos e o patrimônio líquido de forma que se torne visível e compreensível a todos, se apresentadas as demonstrações detalhadas, os membros do Conselho Municipal

(leigos) podem repassar naturalmente, pois, as informações chegam claras e não necessitam de grandes explicações para serem repassadas para o público pelo edital. O Balanço Patrimonial é composto por Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, o Ativo representa os bens e direitos da Entidade Pública, o Passivo representa as obrigações a pagar e o Patrimônio Líquido é o saldo patrimonial depois de ter deduzido o Passivo, a figura 4 representa a divisão e a equação para apurar o saldo Patrimonial da Entidade pública através do Balanço Patrimonial. Conforme figura Equação Básica do Balanço Patrimonial:



Figura 4—Equação Básica do Balanço Patrimonial  
Fonte: Secretária da Fazenda – Governo da Bahia

Os recursos do Fundo de Saúde, cuja alocação ao orçamento se dá por ocasião da elaboração da LOA (Lei do Orçamento Anual), e por meio de créditos adicionais e devem ser contabilizados como receita orçamentária.

A execução das receitas e despesas devem estar de acordo com a lei orçamentária anual (LOA) ou créditos adicionais.

De acordo com a lei (4.320/1964, art. 72) A LOA estima o valor das receitas a serem arrecadadas e fixa as despesas para o próximo exercício financeiro.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo foi identificado, a importância da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, no que se refere às características da qualidade da informação, pois a fidedignidade, relevância, compreensibilidade, tempestividade, comparabilidade e a verificabilidade, são ferramentas que tiveram muita utilidade no alcance dos objetivos da pesquisa.

Nota-se, que os objetivos propostos foram alcançados, pois foi possível implantar um modelo de manual simplificado, como ferramenta auxiliar, que transforma informações técnica em informações de linguagem simples e clara,

sobre a Contabilidade Pública com informações de fácil entendimento pelos membros do Conselho Municipal de Saúde e a sociedade.

De acordo com estudos sobre Administração Pública e Estado, foi possível observar que cada área pública é responsável pela distribuição dos recursos cabíveis, sejam elas, Estadual, Municipal ou Federal, assim, cabe ao Conselho Municipal de Saúde fiscalizar e administrar somente os recursos referentes à saúde na esfera Municipal,

A realização do referido projeto de Elaboração do Manual Simplificado das Informações Contábeis para o Conselho de Saúde do Município de Presidente Médici – RO, vem de encontro com a necessidade dos conselheiros responsáveis por levar clareza na informação para a sociedade, informações estas, que passam despercebidas por não causar interesse às pessoas que tem acesso aos editais públicos, por não adquirirem conhecimento técnico capaz de identificar os resultados das aprovações e aplicações dos recursos públicos.

Com a elaboração do manual simplificado para o Conselho Municipal de Saúde pôde-se levar conhecimento técnico de uma maneira simplificada, que de maneira sucinta chama a atenção de pessoas que com pouco ou nenhum conhecimento possa se interessar em saber as origens e destinações dos recursos destinados a Saúde Municipal que é um Direito de todos e Dever do Estado e da Administração Pública informar onde esses recursos são aplicados.

Houve mais facilidade nas interpretações dos relatórios financeiros, assim, os membros do conselho podem e a partir daí, passaram a exercer com mais conhecimento as suas atribuições, pois, se propuseram a aderir e utilizar o manual proposto.

Amostra concreta de que os objetivos foram atingidos, assim este trabalho de pesquisa externa suas considerações finais, no aguardo de aprovação e reconhecimento de sua utilidade pública no repasse de informações contábeis claras para Conselho de Saúde do Município de Presidente Médici – RO.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Nilton de A. **Contabilidade Pública na Gestão Municipal**, 6ª edição. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2016. E-book. ISBN 9788597010077. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597010077/>. Acesso em: 25 mar. 2023.

ARRUDA, Daniel G.; ARAÚJO, Inaldo da Paixão S. **Contabilidade pública: da teoria à prática**. [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2020. E-book. ISBN 9788571440913. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788571440913/>. Acesso em: 14 nov. 2023.

Bahia. Governo do Estado. B151p **Prestação de Contas Anual Simplificada 2021** / Organizador, Manuel Roque dos Santos Filho; equipe técnica, Itamar Araújo Gomes Júnior... [et al.]. Salvador: Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, 2022. 68p. : il. Color.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016].

BRASIL. [(Lei nº 8.142, de dezembro de 1990)]. **Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016].

BRAVO, Maria Inês S. **Saúde, Serviço Social, movimentos sociais e conselhos: desafios atuais**. [Digite o Local da Editora]: Cortez, 2013. E-book. ISBN 9788524924415. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788524924415/>. Acesso em: 25 mar. 2023.

COELHO, M. C.; CRUZ, F. da & PLATT NETO, O. A. (2011). **A informação contábil como ferramenta de auxílio no exercício do controle social**. Revista Contabilidade Vista & Revista. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 22, n. 3, p. 163-184, jul./set

**Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS)**

<https://www.conass.org.br/quem-somos/>

**Conselheiros de saúde construindo o controle social do SUS** Constituição da República Federativa do Brasil: 1988

CORREIA, M. V. C. (2000). **Que controle social? Os conselhos de saúde como instrumento**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ.

COSTIN, Claudia. **Administração Pública**. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2010. E-book. ISBN 9788595152281. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595152281/>. Acesso em: 27 abr. 2023.

Dias Filho, J. M., (2000). **A linguagem utilizada na evidenciação contábil: uma análise de sua compreensibilidade à luz da teoria da comunicação**. Caderno de Estudos, (24), p. 38-49. Acesso em 23 fev. 2021 Disponível e minha biblioteca.

Fernandes, W. A., (2019). **Compreensibilidade dos Relatórios de Prestação de Contas do Conselho Municipal de Saúde de Anápolis/GO**. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília. Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis. Brasília – DF, 165 f.

GIL, Antônio C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 7ª. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

GONÇALVES, A. O; GONÇALVES, R. S. TAVARES, A. L. (2011). O Olhar dos Conselheiros de Saúde Sobre os Relatórios de Prestação de Contas no Município de Natal (Rio Grande do Norte), **Brasil. Saúde e Sociedade**. São Paulo, v.20, n.3, pp.659-672. HENDRIKSEN, E. S. & BRENDA, M. F.V. (1999). **Teoria da Contabilidade**. Trad. Antônio Zoratto Sanvicente. Tradução de: Accounting theory. São Paulo: Atlas.

GONÇALVES, A. O; GONÇALVES, R. S.; LUSTOSA, P. R. B. & CELESTINO, E. C. (2010). Da Secretaria de Saúde ao Conselho: análise de relatórios de prestação de contas com base nas características qualitativas da informação contábil. Ribeirão Preto: RCO - **Revista de Contabilidade e Organizações** – FEA-RP/USP. v. 4. n. 8. pp. 92-111.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública - Teoria e Prática**, 15ª edição. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2016. E-book. ISBN 9788597006391. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597006391/>. Acesso em: 14 nov. 2023

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Metodologia Científica**. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2022. E-book. ISBN 9786559770670. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559770670/>. Acesso em: 24 mar. 2023.

MATHIAS - Pereira, José, **Administração Pública: foco nas instituições e ações governamentais** / José Mathias Pereira – 5.ed. ver. e atual – São Paulo: Atlas, 2018. Editora Atlas Ltda. ISBN 9788597016086. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597016086/>. Acesso em 20 mai. 2023.

MCASP- **Manual da contabilidade aplicada ao setor público**- 9º edição-2021

Milton dos Santos BICALHO Mota, A. F., Coelho, A. C. D. & Queiroz, L.L. (2014) **“Teorias da Informação” e Teoria da Contabilidade: contribuição para tratamento da informação contábil**”, Anais do XIV Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. São Paulo, SP, Brasil.

**NBC TSP – do Setor Público**. Conselho Federal de contabilidade

Thiollent, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. Disponível em: Minha

Biblioteca, (18th edição). Cortez, 2022.

Richardson, Roberto Jarry Pfeiffer, Dietmar Klaus [Colaborador] .

Tipo de material: Livro Editora: São Paulo: Atlas, 2017Edição: 4. ed.Ver.atual. amp.  
Descrição: xvii, 404 p. ISBN: 9788597013832.

Ruiz, C. R. (2019). Criação de um modelo **Canvas**, para planejamento acadêmico aliado a ferramentas de Design **Thinking** Revista on line de Política e Gestão Educacional, 321-327.

SARLET, Ingo. **A Eficácia dos Direitos Fundamentais Uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional**. 11. Ed. Porto Alegre: Editora Livraria do Advogado, 2012. Dimensões da dignidade: ensaios de filosofia do direito e direito constitucional. 2. ed. Porto Alegre: Editora Livraria do Advogado, 2009. SIMÕES, Moacir Almeida. BRIGADA MILITAR Aspectos da origem e evolução. 1. ed. Porto Alegre: Polost Editora, 2006.

Sistema de informações sobre orçamentos públicos em saúde – **SIOSP**  
<http://siops.datasus.gov.br/consleirespfiscal.php>